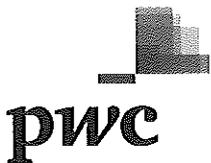


**Confederação
Brasileira de Golfe**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014
e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros
Confederação Brasileira de Golfe

Examinamos as demonstrações financeiras da Confederação Brasileira de Golfe (a "Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

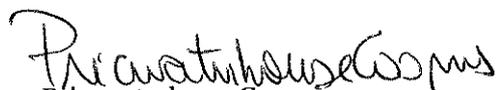
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Golfe em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 04 de maio de 2015


PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

Confederação Brasileira de Golfe

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2014	2013	Passivo e patrimônio social	2014	2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	242	360	Contas a pagar (Nota 9)	212	221
Recursos de projetos (Nota 7)	4.915	5.531	Salários e encargos sociais	195	160
Outros recebíveis (Nota 8)	363	208	Adiantamento para eventos (Nota 10)	4.732	5.387
			Outros passivos	9	19
	5.520	6.099	Total do passivo	5.148	5.787
Não circulante					
Imobilizado	37	45	Patrimônio líquido (Nota 11)	212	98
Intangível	5	5	Patrimônio social	202	264
	42	50	Fundo de reserva		
			Total do patrimônio líquido	414	362
Total do ativo	5.562	6.149	Total do passivo e patrimônio líquido	5.562	6.149

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confederação Brasileira de Golfe

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas das atividades (Nota 12)	10.483	9.899
Custos com eventos realizados (Nota 13)	<u>(8.262)</u>	<u>(7.903)</u>
	<u>2.221</u>	<u>1.996</u>
Despesas das atividades		
Gerais e administrativas (Nota 14)	<u>(2.154)</u>	<u>(2.102)</u>
Déficit das atividades	<u>67</u>	<u>(106)</u>
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(28)	(18)
Receitas financeiras	<u>13</u>	<u>3</u>
	<u>(15)</u>	<u>(15)</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u><u>52</u></u>	<u><u>(121)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confederação Brasileira de Golfe

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Fundo de reserva</u>	<u>Déficit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2013	295	188		483
Déficit do exercício			(121)	(121)
Aumento do fundo de reserva (Nota 12 (d))		76	(76)	
Compensação do déficit do exercício	<u>(197)</u>		<u>197</u>	
Em 31 de dezembro de 2013	98	264		362
Superávit do exercício			52	52
Aumento do fundo de reserva (Nota 12(d))		77	(77)	
Redução do fundo de reserva (Nota 11(a))	139	(139)		
Compensação do déficit do exercício	<u>(25)</u>		<u>25</u>	
Em 31 de dezembro de 2014	<u>212</u>	<u>202</u>		<u>414</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confederação Brasileira de Golfe

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	<u>52</u>	<u>(121)</u>
Ajustes		
Depreciação	<u>12</u>	<u>13</u>
	<u>64</u>	<u>(108)</u>
Variações no ativo e passivo		
Recursos de projetos	616	(1.668)
Outros ativos	(155)	35
Contas a pagar	(9)	(142)
Salários e encargos sociais	35	27
Adiantamento para eventos	(655)	1.689
Outros passivos	<u>(10)</u>	<u>7</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(114)</u>	<u>(160)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimentos no imobilizado	<u>(4)</u>	<u>(19)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(4)</u>	<u>(19)</u>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(118)	(179)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>360</u>	<u>539</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u><u>242</u></u>	<u><u>360</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Confederação Brasileira de Golfe ("CBG" ou "Entidade") é uma entidade sem fins lucrativos, constituída com prazo indeterminado de duração e com caráter desportivo. Sua finalidade é desenvolver o esporte no Brasil em conjunto com as federações regionais, bem como regulamentar e supervisionar o desempenho das seguintes federações e entidades filiadas diretamente à CBG:

- . São Paulo - Federação Paulista de Golfe
- . Rio de Janeiro - Federação de Golfe do Estado do Rio de Janeiro
- . Rio Grande do Sul - Federação Riograndense de Golfe
- . Paraná e Santa Catarina - Federação Paranaense e Catarinense de Golfe
- . Pernambuco - Federação Pernambucana de Golfe
- . Bahia - Federação Baiana de Golfe
- . Região Centro-Oeste - FECONG - Federação Centro-Oeste de Golfe
- . Região Norte - Federação Norte de Golfe
- . Minas Gerais - Morro do Chapéu Golfe Clube - clube filiado diretamente à CBG

1.1 Atividades da CBG

A CBG tem por objetivo a promoção do esporte golfe no Brasil por meio de implementação dos projetos de golfe e organização de eventos ligados ao esporte.

A CBG é filiada ao Comitê Olímpico Brasileiro e às seguintes entidades internacionais: *Federacion Sudamericana de Golf*, à *International Golf Federation* e ao R&A - *Royal and Ancient Golf Club of Saint Andrews*.

A CBG conta com o apoio técnico-financeiro do Ministério do Esporte, por meio da Lei nº 11.438/06, e do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

Para obtenção de apoio técnico-financeiro das entidades acima referidas, todos os projetos desenvolvidos pela CGB são submetidos formalmente ao Ministério do Esporte para a aprovação e execução. Após o término de execução dos projetos, a CBG submete as prestações de contas de cada um dos projetos ao Ministério dos Esportes para aprovação. Nos casos em que recursos advindos de projetos incentivados forem utilizados de forma parcial, após aprovação das prestações de contas, o saldo remanescente dos recursos recebidos são devolvidos ao Ministério dos Esportes, atualizados monetariamente, conforme previsto na Lei nº 11.438/06.

Os apoios técnico-financeiros do Ministério do Esporte ocorrem da seguinte forma:

- (a) Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/06) - as empresas que desejam patrocinar o golfe podem utilizar o incentivo fiscal proporcionado da referida lei. As captações de patrocínios somente podem ser efetuadas após a aprovação formal do Ministério do Esporte. As prestações de contas são apresentadas ao final da execução de cada projeto aprovado.
- (b) Convênios com o Ministério do Esporte (Lei nº 96.015/98) - lei que permite a CBG obter apoio técnico-financeiro para projetos específicos de golfe. O processo de submissão do projeto, aprovação e prestação de contas é realizado de acordo com os termos previstos nesta lei.

O apoio técnico-financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro ocorre por meio da Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001 (Lei Agnelo Piva). Esta lei estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do País sejam repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB).

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em agosto de 2001, o COB criou o "Fundo Olímpico", a partir do qual as verbas oriundas da Lei Agnelo Piva são repassadas às Confederações Brasileiras Olímpicas conforme rigorosos critérios técnicos. Os recursos somente poderão ser utilizados para os seguintes propósitos:

- (i) Programas e projetos de fomento.
- (ii) Desenvolvimento e manutenção do desporto.
- (iii) Formação de recursos humanos.
- (iv) Preparação técnica.
- (v) Manutenção de atletas.
- (vi) Participação em eventos esportivos.

1.2 Aspectos fiscais

Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei nº 9.532, cujos principais aspectos de interesse da Entidade estão apresentados a seguir.

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais tiverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinem, sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

As instituições isentas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- . Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.
- . Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.
- . Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- . Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- . Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- . Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes.
- . Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CBG vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

A partir de setembro de 2012 e, nos termos da ITG 2002, a Entidade é requerida a avaliar as questões relacionadas com a renúncia fiscal. A análise da administração e suas correspondentes implicações estão descritas a seguir:

Renúncia fiscal

A Entidade tem isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97, e imunidade em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras. Com relação à COFINS, a MP nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das associações sem fins lucrativos.

Durante o exercício de 2012, para atender as orientações da norma ITG 2002, a administração da CBG avaliou a mensuração e divulgação de valores da renúncia fiscal que a isenção de imposto de renda e contribuição social propiciam a Entidade, concluindo este tema como impraticável. Embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (lucro ou prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal em 16 de abril de 2015 e aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente para pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)), incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros".

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A Entidade elabora suas demonstrações financeiras utilizando a contabilização pelo regime de competência.

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração do resultado abrangente.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação e mensuração

A Entidade classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos concedidos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem o "Caixa e equivalentes de caixa", "Recursos de projetos" e "Outros ativos". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.3.2 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outros:

- . dificuldade financeira significativa da contraparte;
- . inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal;
- . quando se torna provável que o devedor entrará em falência.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

2.4 Recursos de projetos

Tratam-se, substancialmente, de recursos recebidos do Ministério dos Esportes para a execução de eventos os quais são previamente aprovados. Os recursos financeiros recebidos do Ministério dos Esportes são mantidos em aplicações financeiras no Banco do Brasil os quais são remuneradas pela variação de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). São contabilizados ao custo acrescido da atualização monetária e juros.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Outros recebíveis

Tratam-se das contribuições a receber das federações e corresponde a um valor fixo por golfistas filiados. Os valores a receber são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.6 Ativo imobilizado

O imobilizado, composto de computadores e periféricos, é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil estimada, pela taxa anual de 20%. A vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.7 Intangível

Refere-se a licenças adquiridas de programas de computador, capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa anual de 20%.

2.8 Contas a pagar

Tratam-se de obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9 Adiantamentos para eventos

Tratam-se dos valores aprovados pelo Ministério dos Esportes, Projeto Lei Agnelo Piva, COB e patrocinadores, recebidos antecipadamente para incorrer durante os eventos em que esses adiantamentos se referem. Incorporam-se mensalmente a esses valores, o rendimento mensal de aplicações financeiras correspondentes ao saldo dos adiantamentos efetuados. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício quando as despesas com o correspondente evento são incorridas.

2.10 Provisões

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As provisões para riscos trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Entidade.

2.11 Patrimônio social - fundo de reserva

Representa o superávit/déficit acumulado pela entidade no decorrer de suas atividades, incluindo as destinações ao fundo de reserva.

O fundo de reserva é constituído para a realização de investimentos extraorçamentários na área esportiva e administrativa, representando uma parcela adicional de 5% calculadas sobre os valores de taxas e filiação recebidas mensalmente, conforme determinado pelo estatuto social da entidade.

São registrados na conta de fundo de reserva os valores não utilizados, que são transferidos para o resultado do exercício somente após a aprovação da administração da Entidade.

De acordo com o Estatuto da Entidade, a utilização ou movimentação dos valores que integram o fundo de reserva dependerá de aprovação prévia por parte das filiadas à CBG com direito a voto, conforme previsto no estatuto social da Entidade.

No encerramento de cada exercício social, o superávit do exercício é transferido para a rubrica de patrimônio social. Inversamente, nos casos de déficit do exercício, este é compensado pelo patrimônio social.

2.12 Reconhecimento de receita e correspondentes custos

A receita compreende o valor presente das contribuições de associados, dos valores recebidos de patrocinadores e dos valores equivalentes às despesas incorridas em cada um dos eventos. Esses valores são reconhecidos no resultado na competência dos exercícios.

(a) Taxas recebidas das afiliadas

Representam ingressos de valores decorrentes das mensalidades de filiações das federações e clubes filiados a Confederação Brasileira de Golfe. Sua contabilização é por competência.

(b) Receitas de inscrições de jogadores em torneios

Corresponde às taxas cobradas dos jogadores que se inscrevem nos torneios de golfe, com o objetivo de subsidiar parcialmente os custos e despesas para a realização dos referidos eventos. Estas receitas são contabilizadas no resultado quando da ocorrência do evento.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Receitas de patrocinadores

Referem-se aos valores que são captados diretamente com as empresas e entidades para eventos previamente aprovados pelo COB e Ministério dos Esportes, para subsidiar parcialmente os torneios de golfe. As receitas de patrocínio direto são contabilizadas no resultado do exercício quando da ocorrência do evento que o patrocinador está participando.

(d) Receita projetos incentivados

Receitas com projetos incentivados referem-se aos valores que são submetidos para aprovação prévia do COB ou Ministério dos Esportes e utilizados nos projetos incentivados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, ou de Convênios específicos com o Ministério do Esporte (Lei nº 11.438/06) e por meio da Lei Agnelo Piva (Lei nº 10.264/01).

A administração da Entidade entende que tem diferentes graus de autonomia sobre os projetos incentivados onde há responsabilidades por executar o evento perante o público e fornecedores, independente das disponibilidades de recursos, e autonomia para a contratação dos serviços, desde que seja um serviço ou uma contratação prevista em um projeto aprovado. A administração da Entidade analisou as transações de receitas e custos com projetos incentivados para determinar se a Entidade está atuando como agente ou principal e concluiu que atua como principal.

Portanto, a receita com projetos incentivados são contabilizados no resultado do exercício por ocasião da efetiva utilização dos recursos para pagamentos de despesas dos referidos projetos aprovados.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base e premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não há estimativas ou julgamentos contábeis críticos que requeiram divulgação específica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Entidade está exposta a risco de liquidez.

Risco de liquidez

É um risco da CBG não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo departamento de Finanças.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros tais como "Caixa e equivalente de caixa", "Recurso de projetos" e "Outros ativos", são todos classificados na categoria de recebíveis.

Os passivos financeiros como "Fornecedores", "Adiantamento para eventos" e "Outros passivos", são classificados como outros passivos financeiros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo dos instrumentos financeiros é basicamente determinado pela comparação com outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado. Os valores registrados no ativo e passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua grande maioria, em prazos inferiores a 45 dias. Considerando as características e o prazo desses instrumentos, que são sistematicamente realizados, os valores contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 aproximam-se dos valores justos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa	18	3
Bancos conta movimento	18	122
Aplicações de liquidez imediata (*)	<u>206</u>	<u>235</u>
	<u>242</u>	<u>360</u>

(*) Aplicações financeiras em fundos de investimento de renda fixa com resgate automático e sem perda de rendimentos por ocasião do resgate.

7 Recursos de projetos

(a) Recursos disponíveis para execução

<u>Descrição</u>	<u>Instituição financeira</u>	<u>Referencial - %</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundo de Investimento - MESP LPGA Brasil Cup 2012 (i)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	11	11
Fundo de Investimento - MESP Aberto do Atlântico de Golfe 2014 (ii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	24	
Fundo de Investimento - MESP Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2013 (i)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI		104
Fundo de Investimento - MESP Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2014 (ii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	112	
Fundo de Investimento - MESP Golfe a Caminho das Olimpíadas 2013 (ii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	11	283
Fundo de Investimento - MESP SICONV - Programa de Alto Rendimento Rio 2016 (ii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	2.530	3.212
Fundo de Reserva - Fundo de Investimentos (iii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	201	255

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lei Agnelo Piva	Caixa Econômica Federal	Remuneração de poupança	54	
			2.943	3.865

- (i) Projeto encerrado. Sua prestação de contas encontra-se em processo de aprovação pelo Ministério dos Esportes.
- (ii) Projetos em andamento de execução financeira.
- (iii) Tratam-se de recursos do fundo de reserva que somente podem ser utilizados ou movimentados mediante aprovação prévia por parte das filiadas à CBG com direito de voto, como está estabelecido no estatuto social da Entidade.

(b) Recursos restritos

Descrição	Instituição financeira	Referencial - %	2014	2013
Fundo de Investimento - MESP Aberto do Brasil de Golfe 2015	Banco do Brasil	Variação de 100 % CDI	992	
Fundo de Investimento - MESP Brasil Champions 2015	Banco do Brasil	Variação de 100 % CDI	980	
Fundo de Investimentos - MESP - Aberto Golfe Atlântico 2014	Banco do Brasil	Variação de 100 % CDI		900
Fundo de Investimentos - MESP - Circuito Brasileiro 2014	Banco do Brasil	Variação de 100 % CDI		766
			1.972	1.666
			4.915	5.531

Conforme prevê a Lei do Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/06), a conta corrente nominada pelo Ministério dos Esportes como "recursos restritos", permanece no aguardo da conclusão de todas as captações para até o início da realização dos pagamentos dos gastos relacionados ao torneio. Quando do término do prazo de captação de recursos, o saldo da conta bloqueada é transferido para a conta "recursos disponíveis para execução", também estabelecida pelo Ministério dos Esportes, e terá por finalidade a execução dos pagamentos de todas as despesas de acordo com o plano de aprovação de despesas e planejamento e orçamentário, aprovado pelo Ministério dos Esportes, por meio de ofício.

8 Outros recebíveis

	2014	2013
Contas a receber	349	184
Adiantamentos diversos		18
Taxa de filiação a receber	12	4
Impostos a recuperar	2	2
	363	208

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Contas a pagar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Diligencia Ministério dos Esportes (i)	147	147
Contas a pagar IMX (ii)	53	
Outras contas a pagar	<u>12</u>	<u>74</u>
	<u>212</u>	<u>221</u>

- (i) Refere-se à glosa realizada pelo Ministério dos Esportes, no final de 2012, referente ao processo de prestação de contas do Projeto Reestruturação do Golfe ocorrido em 2008. No primeiro trimestre de 2013, a CBG apresentou ao Ministério dos Esportes, recurso com as devidas justificativas. Dada a incerteza quanto ao desfecho desse processo, a administração da Entidade decidiu pela contabilização do valor total do montante em discussão.
- (ii) O saldo refere-se ao valor a pagar à IMX Esporte e Entretenimento Ltda., a título de remuneração pelos serviços de captação de patrocínios para a CBG, conforme Contrato de Marketing celebrado entre as partes.

10 Adiantamento para eventos

	<u>Em 1º. de janeiro de 2014</u>	<u>Entrada de recursos</u>	<u>Saída de recursos (*)</u>	<u>Outras movimentações (**)</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2014</u>
Projeto Lei Agnelo Piva (i)	111	1.987	(2.009)	(17)	72
LPGA Brasil Cup 2012	11				11
MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2013 (ii)	104	55	(56)	(103)	
MESP – Brasil Champions 2014 (iii)		2.101	(2.101)		
MESP - Golfe a Caminho das Olimpíadas 2013 (iv)	283	11	(280)	(3)	11
MESP - SICONV- Programa de Alto Rendimento Rio 2016 (v)	3.212	190	(839)	(33)	2.530
MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2014 (vi)	766	29	(687)	4	112
MESP - Aberto de Golfe do Atlântico 2014 (vii)	900	39	(918)	3	24
Virada Esportiva		54	(54)		
MESP - Aberto do Brasil de Golfe 2015 (viii)		992			992
MESP - Brasil Champions 2015 (ix)		980			980
	<u>5.387</u>	<u>6.438</u>	<u>(6.944)</u>	<u>(149)</u>	<u>4.732</u>

(*) Reconhecimento de receita com projetos incentivados (Nota 12(c)) e custos incorridos com projetos incentivados (Nota 13(c)).

(**) Representadas por custos e taxas bancárias, no menor valor, e por devolução de recursos. Os detalhes das principais movimentações estão mencionadas nas respectivas notas explicativas.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em 1º de janeiro de 2013	Entrada de recursos	Saída de recursos	Em 31 de dezembro de 2013
Projeto Lei Agnelo Piva (i)	11	1.660	(1.560)	111
MESP - Aberto do Brasil de Golfe 2012	54	1	(55)	
LPGA Brasil Cup 2012	10	1		11
MESP - Aberto do Brasil de Golfe 2013	950	64	(1.014)	
MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2013 (ii)		1.831	(1.727)	104
MESP - Golfe a Caminho das Olimpíadas 2013 (iv)	600	16	(333)	283
MESP - Brasil Premium Classic 2013	2.073	10	(2.083)	
MESP - SICONV- Programa de Alto Rendimento Rio 2016 (v)		3.252	(40)	3.212
MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2014 (vi)		766		766
MESP - Aberto de Golfe do Atlântico 2014 (vii)		900		900
	<u>3.698</u>	<u>8.501</u>	<u>(6.812)</u>	<u>5.387</u>

Durante o exercício, ocorreram os seguintes eventos:

(i) Projeto Lei Agnelo Piva

A Lei disciplina a aplicação dos recursos financeiros decorrentes da Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001 - Lei Agnelo Piva, regulamentada pelo Decreto nº 5.139 de 12 de julho de 2004, em projetos e programas do Comitê Olímpico Brasileiro e das Entidades Nacionais de Administração do Desporto Olímpico, filiadas ao COB, do Desporto Escolar e do Desporto Universitário.

Os limites e critérios para gastos com a manutenção das Entidades beneficiadas com os recursos descentralizados, são classificados de acordo com critérios fixados previamente pelo COB. As entidades de pequeno porte, onde a CBG se enquadra perante a legislação, do total repassado pelo COB, através da Lei Agnelo Piva, podem incorrer em gastos de até 20% do total recebido com a manutenção da entidade. O COB, após examinar e aprovar as solicitações de recursos apresentadas pelas Entidades Nacionais de Administração do Desporto Olímpico credita em conta corrente específica e exclusiva, mantida na Caixa Econômica Federal, para a movimentação dos recursos financeiros oriundos da Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001, a importância correspondente, sujeitando-as à posterior apresentação de prestação de contas.

Os valores recebidos do COB e sua correspondente utilização estão apresentados abaixo conforme segue:

Natureza das despesas	Acumulado até 2012	Em 2013	Em 2014	Acumulado
Recursos Lei nº 10.264/2001 (Nota 12 (c))	1.440	1.560	1.987	4.987
Programa e projetos de fomento	(548)	(766)	(650)	(1.964)
Desenvolvimento e manutenção do desporto	(408)	(292)	(351)	(1.051)
Formação de recursos humanos	(65)		(57)	(122)
Preparação técnica		(266)	(182)	(448)
Participação em eventos desportivos	(407)	(137)	(786)	(1.330)
Saldo em 31 de dezembro de cada exercício	<u>12</u>	<u>99</u>	<u>(39)</u>	<u>72</u>

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2013

O projeto Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2013 tem como objetivo desenvolver o golfe masculino profissional no País, por meio da realização de cinco torneios de golfe ao longo do País, sendo: (i) Clube de Golfe de Brasília - DF, de 24 a 27 de abril de 2013; (ii) Dahma Golf Club, em São Carlos -SP, de 15 a 18 de maio de 2013; (iii) Porto Alegre Country Club, no Rio Grande do Sul, de 5 a 8 de junho de 2013; (iv) Clube Curitibanos, no Paraná, de 26 a 29 de junho de 2013 e (v) Clube de Campo de São Paulo, em São Paulo, de 7 a 10 de agosto de 2013. Tratam-se de eventos de médio porte (R\$ 100 em premiação com participação de 60 jogadores, em cada etapa).

Este projeto foi avaliado na 54ª Reunião Extraordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 6 de novembro de 2012, onde foi aprovada a captação no valor de R\$ 1.766 (Processo nº 58.701.005113/2012-26).

O total efetivamente captado foi de R\$ 1.766 com rendimento de aplicação de R\$ 120 (2014 – R\$ 55 e 2013 – R\$65). O projeto foi concluído em 14 de julho de 2014 com a entrega da prestação de contas ao Ministério dos Esportes para respectiva análise, com um total de saída de recursos de R\$ 1.783.

O valor de R\$ 103, em “Outras Movimentações”, refere-se a devoluções de saldo de projeto não utilizados.

(iii) MESP - Brasil Champions 2014

O presente projeto teve como meta principal a execução da segunda edição do Brasil Champions 2014, etapa integrante do Web.com Tour, pelo segundo ano consecutivo sediado na cidade de São Paulo, entre os dias 10 e 16 de março de 2014. O circuito Web.com Tour é o segundo mais importante das Américas, sendo este classificatório para o maior circuito da modalidade no mundo, o PGA Tour. O evento contou pontos para o ranking mundial da modalidade.

Seu objetivo maior é desenvolver e incentivar o golfe masculino profissional e a prática do mesmo por todo o país, estimulando o desenvolvimento dos profissionais brasileiros, bem como dos jovens talentos, sobretudo com a entrada do golfe masculino no quadro de desportos das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Durante a execução do torneio, ocorreram clínicas de golfe para iniciantes incluindo estudantes do ensino público.

Este projeto foi avaliado na 66ª Reunião Ordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 3 de dezembro de 2013, onde foi aprovada a captação de recursos no valor de R\$ 3.227, sendo que, até 31 de dezembro de 2013, o montante captado correspondia a R\$ 2.100 (processo nº 58.701.011209/2013-12).

O total efetivamente captado foi de R\$ 2.100 com rendimento de aplicação de R\$ 1. O projeto foi concluído em 11 de agosto de 2014 com a entrega da prestação de contas ao Ministério dos Esportes para respectiva análise, com um total de saída de recursos de R\$ 2.101.

(iv) MESP - Golfe a Caminho das Olimpíadas 2013

Com ênfase nas Olimpíadas do Rio 2016, o projeto tem por objetivo oferecer oportunidade aos melhores golfistas brasileiros de participarem em torneios internacionais onde o nível técnico é muito maior que um torneio local, além de despertar o interesse das crianças e jovens que ainda não tiveram contato com o esporte. Projeto está dividido em cinco módulos:

. "Golfe para a Vida - Programa de Formação de Talento e Cidadania" - Módulo I – ocorrido entre os 17 de 27

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dias 27 e 28 de julho de 2013 (Clube de Golfe de Brasília) e dias 22 a 24 de novembro de 2013 (Associação Golfe Público de Japeri, Rio de Janeiro). O projeto encontra-se em execução, com conclusão prevista para o exercício de 2014;

- Campeonatos Sulamericanos - Módulo II - distribuídos em três torneios: Sulamericano Juvenil Amateur (entre 8 a 14 de abril de 2013, no Asunción Golf Club, Assunção, Paraguai); Sulamericano Pré-Juvenil de Golfe (entre 23 a 28 de setembro de 2013, Club de Campo Granadilla, Viña Del Mar, Chile); e Sulamericano Juvenil - Copa Los Andes (de 27 a 30 de novembro de 2013, Club Los Lagartos, Bogotá, Colômbia);
- Campeonato Amador de Golfe do Brasil - Módulo III - Edição do 83º Campeonato Amador de Golfe do Brasil, ocorrido entre os dias 4 e 7 de julho de 2013 no Alphaville Graciosa Clube (Pinhais, Paraná);
- Tour Nacional Juvenil de Golfe - Módulo IV - 4ª etapa do Tour Juvenil de Golfe entre os dias 17 a 19 de maio de 2013, no Alphaville Graciosa Clube (Curitiba, Paraná);
- Campeonato Brasileiro Pré-Juvenil e Juvenil de Golfe - Módulo V - Edição do 24º Brasileiro Pré-juvenil e Juvenil de Golfe, entre os dias 31 de julho a 2 de agosto de 2013 no Clube de Golfe de Brasília (Brasília, DF).

Este projeto foi avaliado na 29ª Reunião Ordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 21 de novembro de 2012, onde foi aprovada a captação de recursos o valor de R\$ 959 (Processo nº 58.701.005112/2012-81).

O total efetivamente captado foi de R\$ 600. A captação a menor em relação ao aprovado é decorrente de um remanejamento de verbas do projeto aprovado pelo Ministério dos Esportes, adequando-se ao valor captado final. O rendimento de aplicação financeira sobre o total captado, até o momento foi de R\$ 21 (2014 – R\$ 5 e 2013 – R\$ 16).

Em 31 de dezembro de 2014, o projeto ainda se encontrava em andamento, com conclusão prevista para o mês de fevereiro de 2015, conforme prorrogação aprovada pelo Ministério dos Esportes através do 1º Termo Aditivo de Compromisso datado de 31 de outubro de 2013.

O saldo disponível em 31 de dezembro de 2014 correspondia a R\$ 11.

(v) MESP - SICONV - Programa de Alto Rendimento Rio 2016

O Programa Alto Rendimento Rio 2016 - SICONV nº 775276/2012, tem por objetivo promover o treinamento multidisciplinar por meio da formação de equipe técnica e acesso a centro de treinamento nacional de alta performance, além da aquisição de equipamentos esportivos e participação em eventos internacionais, cujo principal objetivo é a preparação de atletas de golfe de alto rendimento para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

O saldo disponível em 31 de dezembro de 2014 correspondia a R\$ 2.530.

(vi) MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2014

O projeto Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2014 tem como objetivo desenvolver o golfe masculino

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

profissional no País, por meio da realização de cinco torneios de golfe ao longo do País, sendo: (i) Clube de Golfe de Brasília - DF, de 14 a 16 de agosto de 2014; (ii) Porto Alegre Country Club - RS, de 21 a 23 de agosto de 2014; (iii) Terras de São José - Jack Nicklaus - Itu - SP, de 04 a 06 de novembro de 2014; (iv) Alphaville Graciosa Clube - PR, de 23 a 25 de outubro de 2014; (v) Gávea Golfe e Country Club - RJ, de 11 a 13 de dezembro de 2014.

Tratam-se de eventos de médio porte (R\$ 120 em premiação com participação de 60 jogadores, em cada etapa).

Este projeto foi avaliado na 54ª Reunião Extraordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 6 de novembro de 2013, onde foi aprovado o valor para captação de R\$ 2.090 (Processo nº 58.701.007797/2013-81).

O total efetivamente captado foi de R\$ 766 com rendimento de aplicação financeira líquido de R\$ 29 em 2014 (entrada de recursos).

(vii) MESP - Aberto de Golfe do Atlântico 2014

Trata-se de um incentivo fiscal que foi redirecionado a outro torneio, o Aberto do Brasil de Golfe 2014, devidamente autorizado pelo Ministério do Esporte.

Este torneio foi realizado entre os dias 6 e 9 de novembro de 2014 no Gávea Golfe Clube do Rio de Janeiro e contou com a participação de 144 jogadores nacionais e internacionais.

O Aberto de Golfe do Brasil 2014 teve uma premiação de US\$ 175 mil, que foram distribuídos entre os 70 jogadores melhores classificados no torneio e contará pontos para o *ranking* mundial.

Este projeto foi avaliado na 54ª Reunião Extraordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 6 de novembro de 2013, onde foi aprovada a captação de recursos no valor de R\$ 1.206 (Processo no. 58.701.005050/2012-16).

O total efetivamente captado foi de R\$ 900 com rendimento de aplicação financeira, líquido, no valor de R\$ 39 em 2014 (entrada de recursos).

(viii) MESP - Aberto do Brasil de Golfe 2015

O projeto Aberto do Brasil de Golfe 2015, evento previsto para ocorrer entre os dias 2 e 8 de novembro de 2015 no Gávea Golfe e Country Club do Rio de Janeiro, tem por objetivo ampliar o número de atletas brasileiros melhor ranqueados internacionalmente.

O torneio será disputado inicialmente com 144 jogadores e, após dois primeiros dias de disputa, continuarão os 70 melhores classificados e empatados. Os 6 melhores atletas classificados no torneio marcam pontos para o ranking mundial, que será o critério de classificação dos jogadores para as Olimpíadas.

Destes 144 jogadores que irão competir no Aberto do Brasil de Golfe 2015, 112 atletas virão do ranking do PGA Tour Latino America e 32 serão convidados da organização entre jovens promessas.

O Aberto do Brasil de Golfe 2015 terá uma premiação líquida de US\$ 200 mil, que serão distribuídos entre os 70 jogadores melhor classificados.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Aberto do Brasil de Golfe 2015 terá uma premiação líquida de US\$ 200 mil, que serão distribuídos entre os 70 jogadores melhor classificados.

Este projeto foi avaliado na 76ª Reunião Extraordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 4 de novembro de 2014, onde foi aprovado para captação de recursos no valor de R\$ 1.536 a serem creditados em uma conta bancária específica (Processo nº 58.701.002761/2014-92). O total efetivamente captado foi de R\$ 992 até 31 de dezembro de 2014.

(ix) MESP - Brasil Champions 2015

O torneio Brasil Champions é uma das etapas do "web.com Tour", classificatório para o PGA Tour 2016, evento ocorrido entre os dias 9 e 15 de março de 2015. A competição reunirá aproximadamente 144 jogadores nacionais e internacionais, sendo considerada a segunda mais importante das Américas. O torneio será disputado em 4 dias. Após os dois primeiros dias, os 70 jogadores melhores classificados e empatados continuarão na disputa. Os 14 melhores classificados marcarão pontos para o ranking mundial, que será o critério de seleção dos jogadores para as Olimpíadas.

O Brasil Champions 2015 terá uma premiação de US\$ 850 mil, sendo US\$ 550 mil através do projeto e mais US\$ 300 mil pela própria PGA, que serão distribuídos entre os 70 melhores classificados.

Dos 144 jogadores, 100 atletas virão do ranking do "web.com.Tour", 15 virão do ranking do PGA Tour Latino America, 4 serão convidados da organização entre jovens promessas e 25 oriundos do qualifying realizado segunda-feira, antes do evento.

Como parte do Brasil Champions, será realizado um torneio Pro-Am em que 90 golfistas amadores poderão jogar com 30 profissionais.

Este projeto foi avaliado na 76ª Reunião Extraordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 4 de novembro de 2014, onde foi aprovado para captação de recursos no valor de R\$ 3.447 a serem creditados em uma conta bancária específica (Processo nº 58.701.002768/2014-12). O total efetivamente captado foi de R\$ 980 até 31 de dezembro de 2014.

11 Patrimônio líquido

O patrimônio social representa o superávit ou déficit acumulado pela entidade no decorrer das suas atividades, incluindo as destinações ao fundo de reserva.

(a) Fundo de reserva

O fundo de reserva é constituído para a realização de investimentos extraorçamentários na área esportiva e administrativa, representando uma parcela de taxas e filiação recebidas mensalmente; conforme determinado pelo estatuto social da Entidade. São registrados na conta de fundo de reserva os valores não utilizados, que são transferidos para o resultado do exercício somente após a aprovação dos afiliados conforme prevê o Estatuto Social da Entidade.

O valor resultante do fundo de reservas em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 77 (2013 - R\$ 76), e correspondia a R\$ 64 (2013 - R\$ 62) de taxas de filiação, e R\$ 13 (2013 - R\$ 14) de rendimento líquido da aplicação financeira.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme determinado, e registrado em ata, na AGO (Assembleia Geral Ordinária) de 18 de novembro de 2013 (item (b) da aprovação do orçamento da CBG de 2014), foi autorizado, em caso de necessidade, a utilização dos recursos disponíveis no fundo de reserva para cobertura de despesas da entidade em 2014.

Com isso, a Entidade utilizou o valor de R\$ 139 oriundos dos recursos disponíveis em fundo de reserva.

(b) Destinação do superávit do exercício

Considerando que o estatuto social da Entidade é silente em relação às destinações do superávit e conforme a Resolução nº 1.409 do Conselho Federal de Contabilidade, estão sendo reclassificados para a rubrica de patrimônio social os resultados positivos (superávit) e negativos (déficit), auferidos no encerramento de cada exercício social.

12 Receitas das atividades

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Afiliação	1.272	1.231
Patrocínios e inscrições	1.088	913
Receitas com projetos incentivados	6.944	6.812
Trabalhos voluntários (i)	703	635
Outras receitas	<u>476</u>	<u>308</u>
	<u>10.483</u>	<u>9.899</u>

- (i) Conforme estabelece o parágrafo 19 da ITG 2002, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A administração efetuou, com base em valores de remuneração de mercado por hora para profissionais que atuam nas funções de membros dos conselhos fiscal e diretor da Entidade e multiplicou pelas quantidades de horas correspondentes, dedicada a CBG, realizou o registro contábil dos valores apurados na demonstração do resultado do exercício de 2014 e de 2013.

(a) Receitas de afiliação

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Federação Paulista de Golfe	642	626
Federação Paranaense de Golfe	188	177
Federação de Golfe do Est. do Rio de Janeiro	179	169
Federação Rio Grandense de Golfe	121	119
Federação Baiana de Golfe	28	30
FECONG - Federação Centro/Oeste/Nordeste Golfe	42	36
Federação Norte de Golfe	36	36
Morro do Chapéu	21	24
Federação Pernambucana de Golfe	<u>15</u>	<u>14</u>
	<u>1.272</u>	<u>1.231</u>

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receitas com patrocínios e inscrições

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Patrocínios		
Campeonato Amador de Golfe do Brasil	200	120
Patrocínio institucional	428	384
Golfe para a vida	227	181
	<u>855</u>	<u>685</u>
Inscrições		
CBG Pro Tour	78	67
Campeonato Aberto do Brasil de Golfe	62	45
Campeonato Amador de Golfe do Brasil	23	64
Campeonato Brasileiro Amador Juvenil	6	13
Sulamericano Pré-Juvenil e Juvenil de Golfe	47	
	<u>17</u>	<u>39</u>
Outros	<u>233</u>	<u>228</u>
	<u>1.088</u>	<u>913</u>

(c) Receitas com projetos incentivados

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Projeto Lei Agnelo Piva (Nota 10(i))	2.009	1.560
Projeto MESP Circuito Brasileiro Golfe Masculino 2013 (Nota 10(ii))	56	1.727
Projeto Brasil Champions 2014 (Nota 10 (iii))	2.101	
Projeto MESP Golfe a Caminho das Olimpíadas 2013 (Nota 10(iv))	280	333
Projeto MESP - SICONV - Programa de Alto Rendimento		
Rio 2016 (Nota 10 (v))	839	40
Projeto MESP Circuito Brasileiro Golfe Masculino 2014 (Nota 10 (vi))	687	
Projeto MESP Aberto do Atlântico de Golfe 2014 (Nota 10(vii))	918	
Projeto MESP Aberto do Brasil 2012		55
Projeto MESP Aberto do Brasil de Golfe 2013		1.014
Projeto MESP Brasil Premium Classic 2013		2.083
Virada Esportiva	<u>54</u>	
	<u>6.944</u>	<u>6.812</u>

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outras receitas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas com chancela (i)	305	174
Fundo de reserva	77	76
Outras	94	58
	<u>476</u>	<u>308</u>

- (i) Conforme previsto em contrato de cooperação técnica firmado entre as partes, refere-se à receita obtida com apoio técnico-institucional da CBG à IMX Esporte e Entretenimento Ltda. na realização dos torneios de golfe Aberto do Brasil, LPGA Brasil Cup, Circuito Brasileiro CBG Pro Tour. A CBG recebe um valor, a título de chancela, para assegurar que o evento esteja de acordo com os requisitos mínimos previstos em um torneio dessa magnitude.

13 Custos com eventos realizados

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Diversas com torneios	(791)	(644)
Desenvolvimento de golfe - formação técnica	(527)	(447)
Custos com projetos incentivados	(6.944)	(6.812)
	<u>(8.262)</u>	<u>(7.903)</u>

No ano de 2014 foram realizados os seguintes dispêndios financeiros para os eventos ocorridos:

(a) Custos diversos com torneios

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Com representações - torneios de equipes		
Campeonato Sulamericano Copa Los Andes	(7)	(44)
Campeonato Sulamericano Amateur	(4)	(5)
Campeonato Mundial de Golfe	(47)	(5)
Campeonato Sulamericano Pré-Juvenil	(123)	(15)
Campeonato Sulamericano Juvenil	(6)	(5)
Campeonato Masculino Reino Unido		(18)
Outros Campeonatos	(4)	(7)
Uniformes	(17)	(4)
	<u>(208)</u>	<u>(103)</u>
Torneios individuais		
Campeonato Amador Golfe do Brasil	(145)	(32)
Profissionais	(118)	(163)
Campeonato Brasileiro Amador Pré-Juv. e Juvenil	(72)	(31)
Torneio Faldo Series	(66)	(84)
Tour Juvenil	(56)	(55)
CBG Pro Tour	(28)	(70)

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Campeonato Aberto de Golfe do Brasil	(56)	(13)
Outros torneios	(42)	(59)
Torneio Canadian Men´s Amateur		(17)
Torneio Mini Tour		(17)
	<u>(582)</u>	<u>(541)</u>
	<u>(791)</u>	<u>(644)</u>
(b) Desenvolvimento de golfe-formação técnica		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Programa Alto Rendimento	(249)	(202)
Golfe para a Vida	(97)	(98)
Desenvolvimento institucional	(1)	(26)
<i>Slope System</i>	(29)	(57)
<i>Blue Golf System</i>	(98)	
Cursos de regras	(24)	(46)
Desenvolvimento esportivo	(19)	(9)
Bureau		(5)
Entidades internacionais	(10)	(4)
	<u>(527)</u>	<u>(447)</u>
(c) Custos com projetos incentivados		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lei Agnelo Piva (Nota 10(i))	(2.009)	(1.560)
MESP Circuito Brasileiro Golfe Masculino 2013 (Nota 10 (ii))	(56)	(1.727)
Brasil Champions 2014 (Nota 10(iii))	(2.101)	
MESP Golfe a Caminho das Olimpíadas 2013 (Nota 10 (iv))	(280)	(333)
MESP - SICONV - Programa de Alto Rendimento Rio 2016 (Nota 10(v))	(839)	(40)
MESP Circuito Brasileiro Golfe Masculino 2014(Nota 10 (vi))	(687)	
MESP Aberto de Golfe do Atlântico 2014 (Nota 10 (vii))	(918)	
MESP Aberto do Brasil 2012		(55)
MESP Aberto do Brasil de Golfe 2013		(1.014)
MESP Brasil Premium Classic 2013		(2.083)
Virada Esportiva	(54)	
	<u>(6.944)</u>	<u>(6.812)</u>

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Despesas gerais e administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e encargos sociais	(737)	(675)
Trabalhos voluntários (Nota 13(i))	(703)	(635)
Gastos com despesas gerais	(127)	(148)
Despesas com terceiros (i)	(146)	(312)
Despesas com consultoria comercial	(177)	
Despesas com diretoria (ii)	(95)	(138)
Aluguel e manutenção do prédio	(38)	(57)
Despesas com <i>marketing</i>	(131)	(137)
	<u>(2.154)</u>	<u>(2.102)</u>

- (i) Despesas com prestação de serviços jurídicos, serviços contábeis, serviços de traduções, serviços de auditoria.
(ii) Despesas com passagens aéreas, refeições e transporte com membros da diretoria da CBG em reuniões e eventos.

15 Remuneração dos executivos

A administração da entidade da CBG cumpre os requisitos da Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, não remunerando seus executivos pelos serviços prestados.

Além do corpo diretivo a Entidade possui uma gerência executiva com salários e encargos totalizando R\$ 331 (2013 - R\$ 286).

16 Torneios incentivados que aguardam aprovações

Os seguintes torneios foram concluídos, documentações comprobatórias encaminhadas e, presentemente, aguardam aprovação do Ministério do Esporte:

(a) Ministério do Esporte - Lei de Incentivo ao Esporte

- (i) Projeto Reestruturação do Golfe Brasileiro Fase I - Processo nº 58.000.002381/2208-15 - projeto entregue ao Ministério do Esporte, para aprovação da prestação de contas em 29 de março de 2011, no valor de R\$ 3.717.
- (ii) MESP - Copa Los Andes - Processo nº 58.701.003930/2010-88 - projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 26 de março de 2012, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 211.
- (iii) LPGA Brasil Cup 2012 - Processo nº 58.701.002481/2011-3 - projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 29 de outubro de 2012, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 2.490.
- (iv) MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2012 - Processo nº 58.701.003145/2011-14 - projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 26 de fevereiro de 2013, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 840.

Confederação Brasileira de Golfe

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) MESP - Aberto do Brasil de Golfe 2012 - Processo nº 58.701.003369/2011-18 - projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 13 de março de 2013, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 863.
- (vi) MESP - Brasil Premium Classic Processo nº 58.701.005228/2012-11, projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 22 de julho de 2013, para aprovação da prestação de contas, valor de R\$ 2.210.
- (vii) MESP - Aberto do Brasil de Golfe 2013 - Processo nº 58.701.005113/2012-26, projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 10 de dezembro de 2013, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 1.016.
- (viii) MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2013 - Processo nº 58.701.004977/2012-21 - projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 14 de julho de 2014, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 1.784.
- (ix) MESP - Brasil Champions 2014 - Processo nº 58.701.011209/2013-12 - projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 11 de agosto de 2014, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 2.101.

(b) Comitê Olímpico Brasileiro

Lei Agnelo Piva - documentação entregue ao Comitê Olímpico Brasileiro em 11 de dezembro de 2014 para aprovação de prestação de contas. Em 31 de dezembro de 2014, o valor total das prestações de contas em aberto era de R\$ 2.026 (Nota 10).

(c) Secretaria Estadual de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro

LPGA Brasil Cup 2012 - Convênio nº 006/2012 - projeto entregue à Secretaria Estadual de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 2012, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 1.007.

17 Torneios com prestações de contas aprovadas pelo Ministério do Esporte durante 2014

Não obtivemos nenhuma conclusão de aprovação de prestações de contas, por meio do Ministério do Esporte, durante o exercício de 2014.

18 Torneios em processo de captação de recursos

(a) Lei de Incentivo ao Esporte - Ministério do Esporte

- (i) MESP - Golfe a Caminho das Olimpíadas 2014 - Processo nº 58.701.009702/2013-64, projeto aprovado pelo Ministério do Esporte, para captação no valor de R\$ 2.364.

Confederação Brasileira de Golfe

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) MESP - Brasil Champions 2015 - Processo nº 58.701.002768/2014-12, projeto aprovado pelo Ministério do Esporte, para captação no valor de R\$ 3.447.
- (iii) MESP - Aberto do Brasil 2015 - Processo nº 58.701.002761/2014-92, projeto aprovado pelo Ministério do Esporte, para captação no valor de R\$ 1.536.
- (iv) MESP – Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2015 - Processo nº 58.701.002759/2014-13, projeto aprovado pelo Ministério do Esporte, para captação no valor de R\$ 1.802.

(b) Comitê Olímpico Brasileiro

Lei Agnelo Piva - Comitê Olímpico Brasileiro, em processo de liberação de recursos, para o exercício de 2015, no valor de R\$ 2.042.

* * *